Etanol hidratado

AUMENTO DO CONSUMO REFLETE MAIOR COMPETITIVIDADE

Plinio M. Nastari*

EMBORA A safra canavieira de 2014/15 deva ser menor do que a do ano anterior na região Centro-Sul, que concentra cerca de 91% da produção, devido à falta de chuvas adequadas nos meses de verão, o arrocho de crédito e a necessidade de capital de giro para processar a safra levaram a uma considerável redução do preço do etanol ao produtor.

Nas usinas de São Paulo, o preço do etanol hidratado caiu 16,1% desde fevereiro, para R$ 1,2071 por litro, na primeira semana de junho, enquanto ao consumidor o preço na bomba, no mesmo período, recuou apenas 4,0%. Parte dessa retração deve ainda ser transmitida ao consumidor até o mês de julho, pois, em média, o mercado tem levado de cinco a oito semanas para que a queda do preço ao produtor seja transmitida em maior proporção aos postos de combustíveis.

Dada a maior competitividade na bomba, o consumo de hidratado subiu 2,8% no mês de abril, para 960,90 milhões de litros. Em comparação a abril de 2013, quando 811,38 milhões de litros foram consumidos, houve um crescimento de 18,4%. De janeiro a abril, portanto, a demanda de hidratado somou 3,97 bilhões de litros, volume 20,5% superior ao verificado no mesmo período de 2013.

Por outro lado, o etanol pode enfrentar alguns desafios para conquistar uma fatia maior no mercado de combustíveis até o final da safra. O principal é a expectativa de redução da disponibilidade de cana, em 2014, no Centro-Sul, por conta do clima seco que perdura desde novembro. Muitos canaviais já apresentam perdas na produtividade agrícola, e, além disso, parte da indústria não entrou em operação em tempo hábil para a colheita em função de problemas financeiros. Diante da expectativa de menor oferta mundial de açúcar a partir do último trimestre do ano, há, ainda, a possibilidade de que os preços do açúcar conduzam para cima os preços do etanol, limitando, portanto, a manutenção do atual espaço de competitividade no mercado interno.

Enquanto isso, o consumo de gasolina A (pura, sem adição de etanol anidro) cresceu 5,9% em abril, de 2,67 para 2,82 bilhões de litros. Contudo, no acumulado do ano, o aumento do consumo de gasolina A, de 2,6%, para 10,75 bilhões de litros, foi proporcionalmente menor do que o registrado pelo consumo de hidratado.

Considerando os 25% de etanol anidro na mistura, a demanda de gasolina C (mistura de gasolina A e etanol anidro) totalizou 14,34 bilhões de litros no acumulado de janeiro a abril, 9,4% acima do volume consumido no mesmo intervalo em 2013, quando a mistura de 20% estava em vigor. A demanda de gás natural veicular seguiu estável ao somar 607.961 m^3 entre janeiro e abril, queda de apenas 0,1% em comparação ao mesmo período



SHUTTERSTOCK

do ano passado. Dessa forma, a participação do etanol na matriz de consumo de combustíveis do ciclo Otto subiu para 35,6% na média parcial do ano, contra 33,7% em todo o ano de 2013 e 31,8% em 2012, em gasolina equivalente.

Apesar da contribuição que o etanol tem proporcionado para o atendimento do mercado de combustíveis do ciclo Otto (a gasolina mais etanol anidro e o etanol hidratado), o Brasil importou 284,57 milhões de litros de gasolina em maio, contra 237,15 milhões no mês anterior. Em relação a maio de 2013, quando foram importados 386,77 milhões de litros, o volume importado foi 26,4% menor.

A recuperação da importação de gasolina no último mês reflete o aquecimento no mercado de combustíveis. Mesmo com o aumento do consumo de hidratado, o consumo de gasolina ainda avançou 3% neste ano. Outra razão da elevada necessidade de importação foi o recuo da produção nacional. Em abril, o Brasil produziu 2,31 bilhões de litros de gasolina, retração de 4,0% no mês. A importação de gasolina só não foi maior por conta do expressivo crescimento do mercado de etanol. Entre janeiro e abril, o Brasil consumiu um volume 20,5% superior de etanol hidratado, comparativamente a idêntico período do ano passado. Como resultado, a importação de gasolina totalizou 1,14 bilhão de litros no somatório de 2014, contra 2,30 bilhões de litros entre janeiro e maio de 2013.

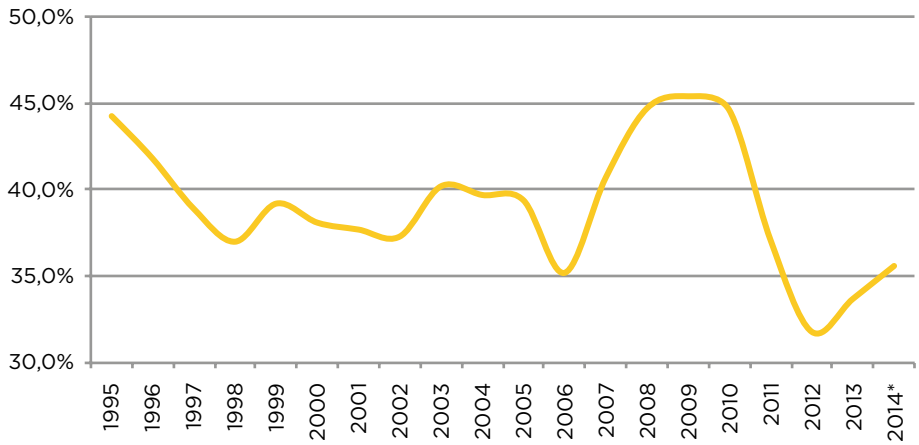
A necessidade de importação só deverá diminuir quando o Governo decidir a redução – ou, idealmente, a eliminação – do subsídio concedido atualmente ao preço da gasolina ao consumidor. Mas, com o ano pressionado pela inflação e pelas eleições majoritárias de outubro próximo, tudo indica que essa é uma alternativa a ser considerada somente após as eleições. Em meados de junho, por conta da desvalorização do dólar, o preço da gasolina na refinaria estava 17,8% abaixo do praticado no mercado internacional, diferencial que já foi de 23,7% no final de abril.

Além do subsídio direto no preço – de difícil justificativa, por se tratar de combustível destinado ao transporte individual que alimenta a importação de gasolina –, desde abril de 2008, o valor da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), mantido fixo em R$ 0,28 por litro desde o início da década de 2000, foi gradualmente reduzido até chegar a zero em junho de 2012. Caso tivesse sido mantido o valor deste tributo e não existisse o subsídio de preço à gasolina, a realidade do setor sucroenergético no Brasil seria completamente diferente. Haveria fôlego e ânimo para investimentos na ampliação de capacidade de produção, estaria sendo produzido mais etanol e menos açúcar, com valorização do preço da *commodity*, que tem no Brasil o seu maior produtor e exportador, e haveria mais investimento em cogeração, aumentando a oferta de energia limpa gerada em período complementar ao da energia hidráulica. Haveria, também, emprego no interior e, com ele, investimentos em toda uma cadeia de suprimentos, com considerável efeito multiplicador. ■



SHUTTERSTOCK

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO ETANOL NO CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS DO CICLO OTTO



* Média de janeiro a abril
Fonte: DATAGRO

* Presidente da DATAGRO; foi professor de Micro e Macroeconomia da FGV-EAESP, foi presidente do Conselho da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA); e participou como membro dos grupos técnicos da Comissão Nacional de Energia e da Comissão para Reexame da Matriz Energética